

CORREIO faz reparos à nota dos líderes

A nota assinada por seis líderes de partidos e mais o presidente da Comissão Mista do Orçamento, publicada na íntegra na edição de ontem, em respeito ao direito de resposta, contém equívocos de informação sobre o Orçamento da União para 1992 e erros de interpretação da matéria publicada por este jornal no último dia 22.

O primeiro equívoco sério de interpretação está logo no começo da nota, quando os sete parlamentares afirmam que o jornal atribuiu ao Poder Legislativo "procedimento indigno e desonesto por ocasião do exame e aprovação do projeto orçamentário de 1992". Em nenhum momento a reportagem insinua isso, que, aliás, também não é a linha editorial seguida invariavelmente pelo **CORREIO BRAZILIENSE**.

Ponto a ponto, eis uma análise da nota dos líderes parlamentares que a subscreveram:

1 — Confirma-se que o projeto de Orçamento remetido pelo Executivo, em 1991, a preços de abril, foi multiplicado por nove. Isso é normal e em nenhum momento o jornal condenou essa atualização do valor em cruzeiros do Orçamento.

2 — O Prodasen, pela segunda vez, confirmou ter se recusado a fechar o Orçamento por causa das 500 emendas adicionais enviadas pelo relator-geral depois de aprovado o projeto de lei pelo Congresso.

3 — A nota confirma que "as receitas, de fato, foram reestimadas, com uma elevação de menos de três por cento", conforme o texto assinado pelos parlamentares.

4 — Nove deputados ficaram, realmente, com o equivalente a Cr\$ 15 trilhões e 900 bilhões, não para si mesmos, o que o jornal nunca afirmou, mas como rateio entre órgãos e entidades de seus interesses, nos seus estados de origem e em outras unidades da Federação. O fac-símile anexo, obtido pela reportagem no Prodasen, confirma essa relação nominal, em ordem decrescente.

5 — Mais uma vez o Prodasen confirmou ao jornal "que 500 emendas — e não "destaques",

Os dados obtidos no Prodasen confirmam a matéria do CORREIO

CONGRESSO NACIONAL				
ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 1992				
EMENDAS APROVADAS POR PARLAMENTAR				
= VALORES TOTAIS EM ORDEM DECRESCENTE =				
PARTIDO	ESTADO	PARLAMENTAR	VALOR ORIGINAL (Cr\$ 1000)	VALOR CORRIGIDO (Cr\$ 1000)
BLOCO	PE	RICARDO FIUZA	1165727000	10752665824
PMDB	SP	MELIO ROSAS	161059881	1670096342
PSDB	ES	PAULO HARTUNG	117740672	1086239958
BLOCO	BA	ERALDO TINOCO	58184825	536696825
PDS	PI	JOSE LUIZ MAIA	55098400	508227642
BLOCO	PE	JOSE CARLOS VASCONCELOS	51465000	474713160
PSB	PE	SERGIO GUERRA	35018868	323014040
PMDB	PE	NILSON GIBSON	31602909	291505229
PT	SP	EDUARDO JORGE	27989128	258171716
PSDB	DF	SIGMARINGA SEIXAS	19288566	177917733
PMDB	MG	JOSE GERALDO	18555925	171159852
PMDB	MG	FERNANDO DINIZ	14621820	134871668
PDS	SC	RUBERVAL PILOTTO	13931600	128505078
PSDB	MG	SAULO COELHO	13549784	124983208
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	13549064	124976567
PTB	MT	LOUREMBERG NUNES ROCHA	12761170	117709032
PDS	SP	FABIO MEIRELLES	12670000	116868000
BLOCO	MG	JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	11573160	106750828
PSDB	MG	AECIO NEVES	11465000	105753160
PMDB	PE	MANSUETO DE LAVOR	11422104	105357487
BLOCO	RN	IBERE FERREIRA	11318533	104402148
PSDB	PA	ALMIR GABRIEL	11315500	104374172
PMDB	SP	JORGE TADEU MUDALEN	11091720	102310025
PDS	PI	FELIPE MENDES	10730000	98973520
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	10667100	98393330
PMDB	BA	GENEBALDO CORREIA	10624706	98002288
BLOCO	PB	IVALDO GONCALVES	10624200	97997621
BLOCO	PR	BASILIO VILLANI	10347520	95445524
BLOCO	RJ	FLAVIO PALMIER DA VEIGA	10329628	95280489
BLOCO	RJ	FRANCISCO DORNELLES	10280000	94822720
PFL	RN	DARIO PEREIRA	9630000	88827120
PMDB	CE	UBIRATAN AGUIAR	9366712	86398551
PMDB	MA	CID CARVALHO	9127458	84191674
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	8791300	81090951
PFL	MA	ALEXANDRE COSTA	8466588	78095007
PRS	MG	ISRAEL PINHEIRO	8395335	77438570
BLOCO	PE	JOSE MUCIO MONTEIRO	8382000	77315568
PMDB	CE	MAURO BENEVIDES	8378000	77278672
PDS	RS	VICTOR FACCIANI	8019000	73967256
PDS	PA	OZIEL CARNEIRO	7670000	70748080
PTB	MS	JOSE ELIAS	7640000	70471360
PMDB	SP	JORGE TADEU MUDALEN	7445202	68674543
PSB	PE	LUIZ PIAUHYLINO	7202000	66431207
PTB	DF	VALMIR CAMPELO	7170266	66138534
BLOCO	BA	MANGEL CASTRO	7069300	65207223
PMDB	PA	MARIO MARTINS	7021000	64751704
PDT	RJ	PAULO PORTUGAL	6979800	64331675

PRODASEN - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL

como diz a nota, —foram efetivamente encaminhadas ao Centro de Processamento de Dados do Senado após a votação do projeto de Orçamento.

6 — A nota afirma que sete deputados, dos 18 citados anteriormente pelo jornal como não tendo conseguido aprovar nenhuma de suas emendas, teriam

obtido essa aprovação e cita seus nomes. Na verdade, segundo o Prodasen, esses sete deputados foram brigar depois de aprovado o Orçamento pelas 500 emendas

enviadas suplementarmente aquele centro de dados.

7 — A nota diz que o jornal cometeu "equívocos" ao relacionar a distribuição de verbas orçamentárias por estados. A relação por nós divulgada também foi obtida do Prodasen, conforme fac-símile anexo. E quem cometeu equívoco foram os signatários, quando disseram que o Amazonas recebeu apenas Cr\$ 227,489 bilhões. Na verdade, o Amazonas recebeu essa quantia, por indicação dos deputados Paulo Hartung (do Espírito Santo) e Ricardo Fiuaa (de Pernambuco), no valor de Cr\$ 113.492.000.000,00 cada um, mas ambas as quantias foram atualizadas no Orçamento pelo fator 9,2, pulando, portanto, para Cr\$ 1.046.850.208.000,00 cada uma, o que totaliza Cr\$ 2.274.700.516.000,00 conforme escreveu, corretamente, o **CORREIO BRAZILIENSE**.

Ressalte-se que tanto um quanto outro deputado disseram, na justificativa dessa emenda ao Orçamento, que esse dinheiro se destina a "subscrição de ações/debêntures de empresas agropecuárias, indústrias e prestação de serviços básicos na Amazônia".

No mesmo item, os signatários cometem novo equívoco, quando dizem que a verba orçamentária votada para o Distrito Federal foi de Cr\$ 323 bilhões. As dotações realmente votadas foram no valor apontado pelo jornal: Cr\$ 1 trilhão, 752 bilhões, 562 milhões e 105 mil. Foram 18 deputados e oito senadores os parlamentares que indicaram verbas para o Distrito Federal, com seu equivalente valor atualizado, conforme dados do Prodasen.

8 — A nota diz que a distribuição de verbas pelos partidos "teria sido inadequada". A matéria do dia 22 do jornal não afirma isso.

9 — É confirmada a informação de que recursos dos Ciacs foram remanejados do Orçamento. A matéria atribui o fato ao relator-geral, enquanto a nota diz que foram os relatores parciais, "dentro dos limites máximos previamente estabelecidos pela Comissão", o que não foi posto em dúvida.